

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, agosto de 2018, número 128. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Pantanal: luta pela terra e pela vida na nova fronteira agrícola brasileira.

ARTIGO DO MÊS

Agricultura familiar e o crédito rural: algumas considerações sobre o financiamento público para a agricultura familiar.

<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>

EVENTOS

Encontro de Estudantes de Geografia da Região Sul do Brasil - EREGEO SUL

UNILA/Foz do Iguaçu - Paraná, 15 a 18 de novembro de 2018.

X Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural – ALASRU

Montevideo – Uruguay, 25 al 30 de noviembre de 2018.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Okara: Geografia em debate.
Vol. 12, N. 2 (2018) Dossiê
Michel Temer e a Questão
Agrária

Orgs: Programa de Pós-
Graduação em Geografia da
Universidade Federal da
Paraíba, PPGG/UFPB

Seu propósito é fomentar o debate entre pesquisadores, especialistas, professores, pós-graduandos e profissionais que trabalham na Geografia. Tem por objetivo divulgar pesquisas e experiências que contribuam para o conhecimento teórico e prático da Geografia.
<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/issue/view/2129/showToc>.



De Olho no Paraguai
Realização: De Olho nos
Ruralistas.

Está no ar o site De Olho no Paraguai. Em 36 reportagens, ele conta um pouco da história do domínio de uma boa parte do território paraguaio por latifundiários – e empresas agropecuárias – brasileiros. Não se trata de mais um relato sobre a presença de brasiguaios, os colonos, no país vizinho. É sim de um retrato dos grandes proprietários de terra, que não necessariamente moram no Paraguai. Para ver: goo.gl/834dFe



**PodCast Unesp – Pod
Territorial.**
Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Editoração: Danilo Valentin Pereira e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério (bolsista FAPESP) e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

PANTANAL: LUTA PELA TERRA E PELA VIDA NA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Onélia Carmem Rossetto

Programa de Pós-graduação em Geografia/UFMT; Membro do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade – GECA/UFMT/ Projeto Dataluta Mato Grosso.

carmemrossetto@gmail.com

Giseli Dalla - Nora

Departamento de Geografia/UFMT; Líder do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade – GECA/UFMT/ Projeto Dataluta Mato Grosso.

giseli.nora@gmail.com

INTRODUÇÃO

A análise da luta pela terra em diferentes escalas geográficas permite olhar a realidade social sob múltiplos pontos de vista, perspectiva de extrema importância para desvendar os conflitos agrários que, até época recente, ocorriam principalmente em torno do acesso à terra. Atualmente, além dessa luta legítima, observa-se outros elementos que integram a pauta dos movimentos socioterritoriais, entre eles, as questões socioambientais voltadas para conservação do ambiente e das formas de vida dos biomas brasileiros.

Entre os biomas nacionais, destaca-se o Pantanal localizado nos estados de Mato Grosso (35,3%) e Mato Grosso do Sul (64,6%) (VILA DA SILVA E ABDON,1998), uma área úmida considerada Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera, portanto, de grande relevância ecológica. Além desse aspecto, é importante enfatizar a diversidade cultural dos povos pantaneiros, pois, residem nesse espaço geográfico 15.864 indígenas (ROSSETTO; GIRARDI,2015), cerca de 4.338 pescadores profissionais artesanais (ROSSETTO; TOCANTINS,2015), além de comunidades tradicionais, quilombolas e camponeses que mantêm a tradição na relação da natureza e em aspectos da cultura material e imaterial.

Rossetto (2015), ao analisar o processo de expansão da fronteira agrícola no Estado de Mato Grosso (1930 – 1985), afirma que naquele momento histórico, o Pantanal não representava um local atrativo para o capital público e privado, pois, os biomas cerrado e Amazônia possibilitavam acúmulo de capital com pequena margem de investimento particular e sob os auspícios do capital público, como correlato, o Pantanal Norte era inviável e menos rentável dadas as suas características naturais, especialmente o pulso de inundação que cobre porções das áreas pantaneiras por cerca de cinco meses anuais e representava um complicador para a agricultura, sendo mais apropriado para a pecuária extensiva, não se adequando ao plantio de grãos.

Atualmente constata-se que a condição do Pantanal como área imprópria a expansão da exploração capitalista transformou-se em condição inversa: o pantanal brasileiro se configura como nova fronteira agrícola nacional, alvo de práticas que conduzem ao aumento da concentração de renda, exploração da mais valia e destruição da biodiversidade natural e cultural. Tal afirmação, representa a ideia central defendida nesse artigo que, na primeira seção, demonstra o avanço do agronegócio e os impactos socioambientais e, na segunda, apresenta o aumento da produção de grãos na área em discussão bem como descreve indicadores de luta e resistência dos camponeses frente a este novo processo de ocupação e apropriação territorial. Compreender que áreas, até então pouco utilizadas pelo capital atualmente são Disponível em www.fct.unesp.br/nera

espaços potenciais de apropriação capitalista, revela a força que a hegemonia do agronegócio apresenta no Brasil, inclusive em biomas frágeis como o Pantanal.

PANTANAL: NOVO TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO

A principal característica natural do Pantanal é a baixa altimetria do relevo, razão pela qual as águas provenientes das chuvas e do transbordamento dos rios formam o pulso de inundação, ou seja, durante cerca de cinco meses anuais, parte da área do Pantanal fica encoberta pela água. Nos locais denominados regionalmente de Pantanal baixo ou pantano, na época das cheias, torna-se impossível a prática de qualquer atividade econômica. Como correlato, um município pode pertencer ao bioma Pantanal por sua localização geográfica e sofrer, com maior ou menor intensidade, a ação do pulso de inundação em parte ou na totalidade da sua área (ROSSETTO,2015).

A referida característica interfere no manejo das atividades econômicas, porém, o agronegócio cria alternativas para alterar a dinâmica natural, em 06/07/2018 foi publicada uma matéria que destaca a lavoura de soja, campeã estadual de produtividade, localizada no Pantanal de Poconé com uma produção de 100,41 sacas por hectare, alcançando também o 3º lugar na região centro-oeste e o 26º no ranking nacional. A excelente produtividade foi atribuída a tecnologia utilizada expressa através de insumos e equipamentos. (DOMINGUES, 2018).

Segundo os dados da Pesquisa Agrícola Municipal 2016 (BRASIL,2018-a), o município de Poconé com 80,3% da sua área alagável produziu 21.729 toneladas de soja em 2016, além de produção significativa de milho e cana-de-açúcar; Cáceres com 56,1% da sua área no pantanal baixo, produziu 16.551 toneladas de soja. Situação semelhante ocorre em Mato Grosso do Sul, Corumbá com 95,6% da sua área alagável participa com 8,3% da produção da pecuária bovina do estado e Aquidauana com 76,7% de área alagável produziu 3,6% da soja no âmbito estadual.

Com base no cruzamento dos dados topográficos e da produção agropecuária dos municípios pantaneiros em 2016 desmistifica-se o estereótipo do pantanal brasileiro como santuário ecológico e com populações tradicionais imersas em um tempo contrário a modernidade. A exploração intensiva das áreas que sofrem influência parcial do pulso de inundação por atividades de pecuária e de agricultura, associada à conversão de áreas naturais para áreas cultivadas resultam em impactos ambientais que favorecem a ocorrência de processos erosivos e o assoreamento dos cursos fluviais dadas as condições hidrodinâmicas dos cursos d'água.

A presença da lavoura de soja em áreas do Pantanal é um indicador que a pecuária extensiva tradicional desenvolvida em equilíbrio com as características naturais está sendo substituída pela monocultura de grãos com elevado índice de insumos agrícolas. Pesquisas de campo demonstram que nas grandes propriedades que praticam a integração agricultura- pecuária, ou seja, em determinados meses do ano plantam soja, em outros, capim para alimentar o gado, o pulso de inundação vem sendo desviado através de valas que direcionam as águas para os rios, assim, áreas que antes inundavam passaram a permanecer constantemente secas, prejudicando a fauna, a flora e demais formas de vida associada a dinâmica das águas.

O monitoramento da Cobertura Vegetal e Uso do Solo na Bacia do Alto Paraguai - BAP, onde nascem os principais rios que abastecem o pantanal, identificou a conversão de 58% das áreas naturais no Planalto e 42% das áreas naturais na Planície em áreas antropizadas onde 1.144 quilômetros quadrados foram transformados em pastagens para o gado; 7.13 quilômetros quadrados para agricultura e 3,76 quilômetros quadrados em mineração. (INSTITUTO SOS PANTANAL, WWF- BRASIL, 2017).

Com base nos indicadores apresentados conclui-se que o Pantanal Brasileiro é a nova fronteira agrícola do país, alvo das ações do agronegócio que se instala inicialmente no entorno nas partes mais altas e paulatinamente vem ocupando a planície, burlando as legislações ambientais. Os impactos socioambientais de tais práticas ainda não podem ser mensurados de forma conclusiva, porém, vale destacar que as formas de manejo da pecuária semiextensiva e intensiva e a agricultura monocultura de grãos exigem novas habilidades técnicas dos trabalhadores rurais, extinguindo paulatinamente profissões tradicionais como o peão pantaneiro, exímio adestrador e perito no manejo da pecuária adaptada ao pulso de inundação. Ademais, pode gerar a diminuição dos postos de trabalho e a migração para os núcleos urbanos possibilitando a sujeição a proletarianização da mão-de-obra.

Com o desvio e a drenagem dos campos antes sazonalmente inundados, as áreas que se tornam permanentemente secas como resultado de picos de inundação mais baixos perdem sua produtividade, interferindo no volume e disponibilidade de produtos agrícolas destinados a comercialização e a geração de renda, da mesma forma, com a diminuição dos estoques pesqueiros destinados a subsistência e comercialização a segurança alimentar e nutricional dos camponeses ribeirinhos e das comunidades tradicionais é ameaçada.

OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E A NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA

As mudanças na compreensão do Pantanal como área de conservação da biodiversidade e equilíbrio nas relações sociedade natureza, representa uma perspectiva de mudança impulsionada pela crescente apropriação capitalista dos territórios tidos como improdutivos. Nos estados do Pantanal brasileiro observa-se uma relativa desconcentração fundiária pois, entre 1979 e 2016, o número de assentamentos rurais aumentou cerca de 8,3% (DATALUTA BRASIL, 2017).

Contudo, tal fato não significou a autonomia camponesa uma vez que, se mantem a exploração da mão-de-obra dos assentados pelos grandes proprietários e estes assentamentos representam ainda espaços que podem possibilitar a reconcentração fundiária bem como territórios de reprodução do agronegócio. É possível registrar, todavia, que as ações dos movimentos socioterritoriais se intensificaram através do número de ocupações e de manifestações do campo (Tabela 1).

Tabela 1 – Estados do Pantanal Brasileiro: Número de Ocupações (1988-2016), Número de Assentamentos Rurais (1979-2016), Número de Manifestações do Campo (2000-2016).

Estados	Número De Ocupações (1988-2016) (%)	Número De Assentamentos Rurais (1979-2016) (%)	Número de Manifestações do Campo (2000-2016) (%)
Mato Grosso	2,07	6,1	5,2
Mato Grosso do Sul	6,88	2,2	4,7

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2017. www.fct.unesp.br/dataluta

Melo (2015), analisa a Geografia das Ocupações e Manifestações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul entre 2000-2012, registrando que os principais conflitos ocorrem devido a expulsão de indígenas e camponeses e ressalta que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST foi o protagonista das ocupações em Mato Grosso (33 ocupações) seguido pelo Movimento indígena (2 ocupações). Já em Mato Grosso do Sul, o movimento indígena liderou o ranking das ocupações (58), seguido pelo MST (49).

Apesar da presença no Pantanal brasileiro de populações tradicionais entre elas, população quilombola não há um movimento socioterritorial específico nem tampouco, políticas públicas expressivas para essa população, sua invisibilidade perante o estado ocorre, entre outros motivos, pela ausência de dados estatísticos pois, não constam nas coletas de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, embora em julho corrente, tenha sido iniciada a discussão sobre as possibilidades de inclusão da população quilombola no censo brasileiro de 2020.

A luta pela qualidade ambiental, social e econômica dos povos do pantanal integra as pautas de reivindicações dos movimentos socioterritoriais como tema transversal, entretanto, em decorrência do avanço do agronegócio e da necessidade de infraestrutura entre elas, energia elétrica registra-se a política de implantação de cerca de 141 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) (BRASIL,2018-b) na bacia do Alto Paraguai entre os que estão operando, construindo ou pedindo licença, observa-se a intensificação das audiências públicas e movimentos de protesto. Tais empreendimentos ameaçam seriamente a viabilidade de processos ecológicos e hidrológicos do Pantanal e a conservação dos modos de vida e cultura das populações pantaneiras, entre elas as comunidades ribeirinhas que vivem da pesca profissional artesanal nas margens dos rios, integrantes da Bacia do rio Paraguai, principal responsável pelo fluxo das águas no Pantanal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço da produção de grãos nas áreas da planície pantaneira introduzirá, não só aumento da produtividade que o Estado/Capital tanto almeja, mas, também, trará a contaminação das águas por conta dos agroquímicos, a diminuição de alimentos para a fauna presente neste habitat, bem como, a perda de saberes e conhecimentos tradicionais, saberes estes aprendidos e passados de geração a geração.

Para impedir a utilização do Pantanal como nova fronteira agrícola se faz necessário mecanismos de gestão ambiental, entre eles, a atuação dos movimentos socioterritoriais que lutam pelo acesso à terra e pela manutenção da vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal** – PAM.2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=resultados>. Acessado em 05 de julho de 2018-a.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai – PRH Paraguai**: Resumo Executivo / Agência Nacional de Águas. – Brasília: ANA, 2018-b.

DOMINGUES, Rose. Lavoura de Soja do Pantanal tem a Melhor Produtividade do Brasil. *Jornal Oeste*.06/07/2018. Disponível em: http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=45268¬icia=lavoura_de_soja_do_pantanal_tem_a_melhor_produtividade_do_brasil . Acesso em: 06/07/2018.

INSTITUTO SOS PANTANAL, WWF- BRASIL. Disponível em: <https://www.sospantanal.org.br/arquivos/noticias/ong-aponta-desmatamento-no-pantanal-para-pecuaria-e-agricultura>. Acesso em 12/07/2018.

MELO, Danilo Souza. Geografia das Ocupações e Manifestações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2000-2012), In: **Repercussões territoriais do desenvolvimento desigual-combinado e contraditório em Mato Grosso** / Rosemeire Aparecida de Almeida, Tânia Paula da Silva, organizadoras. – Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2015

ROSSETTO, O. C. Produção do Espaço Agrário no Estado de Mato Grosso e o Processo de Concentração de Terras no Pantanal Norte Mato-grossense In: ROSSETTO, O. C.; TOCANTINS, N (Orgs.). **Ambiente Agrário do Pantanal Brasileiro: Socioeconomia e Conservação da Biodiversidade**. 1. Ed. Porto Alegre - RS: Compasso-Lugar, Cultura. 2015. Disponível em: http://issuu.com/imprensa.livre/docs/pantanal_parte_1 http://issuu.com/imprensa.livre/docs/pantanal_parte_2. Acesso em 14 de julho de 2018.

ROSSETTO, O. C.; TOCANTINS, N. Características Socioeconômicas dos Pescadores Profissionais Artesanais da Bacia do Alto Paraguai (BAP) e do Pantanal Norte Mato-Grossense. In: ROSSETTO, Onélia Carmem. TOCANTINS, Nely (Orgs.). **Ambiente Agrário do Pantanal Brasileiro: Socioeconomia & Conservação da Biodiversidade**. Editora Compasso &Lugar, Cultura. Porto Alegre, 2015. Disponível em: http://issuu.com/imprensa.livre/docs/pantanal_parte_1 http://issuu.com/imprensa.livre/docs/pantanal_parte_2 Acesso em 14 de julho de 2018.

VILA DA SILVA, J. S.; ABDON, M. M. Delimitação do pantanal brasileiro e suas sub-regiões. **Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira**. Brasília, v. 33. n. especial,1998.